



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Origem/Interessado	Câmara Municipal de Primavera do Leste
Assunto	PLO nº 1.871/2025 -
Parecer nº	451/2025/PJCM
Local e Data	Primavera do Leste/MT, 05 dezembro de 2025
Procuradoria	Jefferson Lopes da Silva

PARECER JURÍDICO. LEI MUNICIPAL SANCIONADA. CÓDIGO DE DEFESA DO EMPREENDEDOR. ESTABELECIMENTO DE NORMAS DE PROTEÇÃO À LIVRE INICIATIVA E AO LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 13.874/2019 (LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA). INSTITUIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, DA APROVAÇÃO TÁCITA E DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA NORMA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. DIPLOMA EM HARMONIA COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica da Lei Municipal que institui o **Código Municipal de Defesa do Empreendedor**, sancionada pelo Chefe do Poder Executivo após aprovação pela Câmara Municipal.

A norma foi encaminhada a esta assessoria para a elaboração de parecer quanto à sua constitucionalidade, legalidade e impacto sobre o ambiente de negócios e a atuação da Administração Pública no Município de Primavera do Leste/MT.

O texto legal estabelece um conjunto de medidas para a desburocratização e simplificação do exercício de atividades econômicas, alinhando o Município às diretrizes da Lei de Liberdade Econômica (Lei Federal nº 13.874/2019). Seus principais eixos incluem: a instituição da classificação de risco para atividades econômicas (baixo, médio e alto); a dispensa de atos públicos de liberação para atividades de baixo risco; a previsão de aprovação tácita para o caso de descumprimento de prazos pela Administração; a priorização do caráter orientador da fiscalização; e a criação de mecanismos de transparência, como o "Painel do Empreendedor".

É o sucinto relatório. Passo à análise.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.a DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.b DA INICIATIVA

Ao analisar a matéria em questão, cumpre inicialmente destacar a relevância do exame da competência legislativa e da iniciativa das proposições, uma vez que tais aspectos constituem requisitos formais indispensáveis à regularidade do processo legislativo. A observância desses parâmetros, previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara, garante a legitimidade dos atos normativos e a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Nesse sentido:

Art. 34. LOM. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica do Município; II - consolidação de leis; III - leis complementares; IV - leis ordinárias; V - leis delegadas; VI - medidas provisórias; VII - decretos legislativos; VIII - resoluções.

Art. 30. CF/88. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 8º. LOM. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive concorrentemente com a União e o Estado;

Art. 37. LOM. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

II - disponham sobre: a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e fixação de sua remuneração; b) Servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, disponibilidade e aposentadoria; c) Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal; d) Estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; e) Criação e definição das áreas de atuação de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Dessa forma, verifica-se que a iniciativa encontra respaldo nas disposições da Lei Orgânica Municipal, respeitando as hipóteses de competência privativa e corrente estabelecidas para cada Poder. Conclui-se, portanto, que a proposição está formalmente adequada, NÃO APRESENTANDO VÍCIO DE INICIATIVA que impeça sua regular tramitação no âmbito legislativo.

II.c DA COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA

Nos termos do **art. 30, incisos I, da Constituição Federal**, compete aos Municípios:

“I – legislar sobre assuntos de interesse local”

Além disso, o **art. 8º, incisos I, II, VI e IX da Lei Orgânica Municipal de Primavera do Leste** estabelece ser de competência do Município:

“legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual; promover o adequado ordenamento territorial; e organizar e prestar serviços públicos de interesse local.”

Dessa forma, NÃO HÁ VÍCIO MATERIAL.



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

III – CONCLUSÃO

Assim, não encontrando nenhum óbice legal que impeça a tramitação do Projeto de Lei sob análise, de forma que, com tais considerações, opino **FAVORÁVEL** ao trâmite regular do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 05 de dezembro de 2025.

JEFFERSON LOPES DA SILVA
Assessor e Consultor da Câmara Municipal